



CÓD: SL-097JH-22
7908433224372

FCC

600 questões Gabaritadas

CADERNO GABARITADO



ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	45
3. Informática	59
4. Direito Penal	73
5. Direito Civil	87
6. Direito Processual Penal	103
7. Direito Processual Civil	117
8. Direito Constitucional	133
9. Direito Administrativo	151

Mas a geladeira... A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova e a antiga estava estragada, e tão estragada que o homem do conserto a aconselhara a esquecer “aquele traste” e partir para algo mais moderno. E isso precisava ser feito com urgência: todos os dias estava jogando fora comida que estragara por causa do inconfiável eletrodoméstico.

Era o curso ou a geladeira. Era apostar no futuro ou resolver os problemas do presente. Ou se inscrevia na universidade ou pagava a prestação na loja: tinha de escolher. Dilema penoso. Durante duas noites não dormiu, fazendo a si própria cálculos e ponderações. “Faça o curso”, sussurrava-lhe ao ouvido uma vozinha, “você será outra pessoa, uma pessoa com conhecimento, com dignidade, uma pessoa que todos respeitarão”. E aí intervinha outra vozinha: “Deixe de bobagens, querida. Geladeira é comida, e comida é o que importa. Como é que você vai se alimentar se a comida continuar estragando desse jeito? Seja prática.” Duas vozinhas. Anjinho e diabinho? Nesse caso, qual era a voz do anjinho, qual a do diabinho? Mistério.

Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável, vindo da cozinha. Foi até lá, abriu a geladeira e, claro, era a carne que simplesmente tinha apodrecido.

Foi a gota d’água. Vestiu-se, foi até a loja, e comprou a geladeira nova. Que lhe foi entregue naquele mesmo dia. Era uma bela geladeira, com muitos dispositivos que ela mal conhecia. “Vou ter de fazer um curso para aprender a operar essa coisa”, disse ao homem da entrega. Ele concordou: “Sempre é bom fazer cursos”.

Instalada a geladeira, ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas. Foi então que encontrou a garrafa de champanhe. O champanhe que tinha comprado para celebrar com os vizinhos a sua entrada na universidade. Suspirou. O que fazer com aquilo, agora? Dar de presente para o sobrinho que a ajudara com o dinheiro da inscrição?

Resolveu guardar a garrafa. Bem no fundo da geladeira. Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração, um dia brindaria a seu futuro. Era só questão de esperar. Sem medo: uma boa geladeira conserva qualquer champanhe.

(Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. “O futuro na geladeira”. Folha de S.Paulo, 01.12.2008)

Confere sentido hipotético ao enunciado o verbo sublinhado em:

- (A) Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração
- (B) Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável
- (C) todos os dias estava jogando fora comida que estragara
- (D) ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas
- (E) A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova

4. (FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Administração/2021)

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em

- (A) A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito. (3º parágrafo)
- (B) A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. (1º parágrafo)
- (C) Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços. (1º parágrafo)
- (D) A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. (2º parágrafo)
- (E) Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. (4º parágrafo)

5. (FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Duas revoluções da humanidade

Estamos hoje na confluência de duas imensas revoluções. Por um lado, biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano, particularmente do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, os cientistas da computação estão nos dando um poder de processamento de dados sem precedente. Quando a revolução na biotecnologia se fundir com a revolução na tecnologia da informática, essa fusão produzirá algoritmos de longo alcance capazes de monitorar e compreender nossos sentimentos muito melhor do que nós mesmos, e então a autoridade decisiva passará dos humanos para os computadores.

Nossa ilusão de que detemos uma total e livre capacidade de escolha, a que damos o nome de livre arbítrio, provavelmente vai se desintegrar à medida que nos depararmos, diariamente, com instituições, corporações e agências do governo que compreendem e manipulam o que era, até então, do domínio do nosso inacessível reino interior.

Isso já está acontecendo no campo da medicina. As decisões médicas mais importantes de nossa vida se baseiam não na sensação de estarmos doentes ou saudáveis, nem mesmo nos prognósticos informados por nosso médico – mas nos cálculos de computadores que entendem do nosso corpo muito melhor do que nós. Eles serão capazes de monitorar nossa saúde 24 horas por dia, sete dias por semana. Serão capazes de detectar, logo em seu início, a gripe, o câncer, o mal de Alzheimer, muito antes de sentirmos que há algo errado conosco. Poderão então recomendar tratamentos adequados, dietas e regimes diários, sob medida para nossa compleição física, nosso DNA e nossa personalidade, que são únicos.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah.

21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 74-75)

Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

(A) Se os cientistas não disporem-se à criar, quem se responsabilizará pelos avanços da ciência?

(B) Caso não lhes detêssemos a tempo, os obscurantistas de sempre continuariam a administrar a ciência.

(C) Atribue-se nos avanços da biotecnologia a razão da obsolescência de certos tratamentos médicos.

(D) No último simpósio de biotecnólogos, alguns não conviram de assumir as novas responsabilidades que lhes foram atribuídas.

(E) À medida que se propuserem a cumprir as novas metas da nova ciência, serão reconhecidos por toda a comunidade médica.

6. (FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/Administrativa/2021)

Vende a casa

O homem falou:

– Comprei esta casa; vendi-a. No intervalo, passaram-se 21 anos. Aconteceram diferentes coisas nesse intervalo. O ditador caiu, subiu de novo, matou-se. A bomba atômica explodiu, inventou-se outra bomba ainda mais terrível. Veio a paz, ou uma angústia com esse nome. Apareceram antibióticos, aviões a jato, computadores eletrônicos. O homem deu a volta ao universo e viu que a terra era azul. Fabricaram-se automóveis no Brasil. Pela rua passam biquínis aos três, aos quatro, e a geração nova usa rosto novo e nova linguagem. Mas a casa não mudou.

Veja esta pérgula. Está cercada de edifícios agressivos, não tem mais razão de ser, mas é uma pérgula. Quem a mandou fazer recebeu neste terraço, de onde se descortinavam os morros da Gávea e o mar. Hoje não se vê nada em redor, mas a pérgula é a mesma. O construtor morreu, como o dono primitivo; a pérgula está viva, com sua buganvília.

Esta escada, eu a subia com pernas de gato, nem reparava. Hoje subo contando os degraus que faltam, e, podendo evitar, evito a subida, fico lá embaixo. Ela deve estar-se rindo de mim, que me cansei depressa.

A sala, o pequeno escritório, está vendo? Tudo resistiu mais do que o morador. Não queria acabar, e de certo, chegando a hora, me enterraria. Não usa mais sair defunto de casa, mas bem que a casa gostaria se, depois de me abrigar tanto tempo, pudesse me expor na sala, prestando mais um serviço. Porque não tem feito outra coisa senão prestar serviço. Às vezes com ironia ou aparentemente de mau humor: porta empenada, soalho abatido, defeitos na instalação elétrica antiquada. Porém seu mau humor nunca foi maior do que o meu, que usei e abusei de seus serviços com impaciência e tantas vezes a desprezei, chamando-a feia e desajeitada.

Tem goteiras; sempre teve, é um de seus orgulhos, ao que parece. Certa madrugada acordamos com a cachoeira no quarto. Tinham-se rompido umas telhas, e o mundo parecia vir abaixo, derretido em chuva. Pois não havia nada de mais sólido na terra do que esta velha casa remendada e maltratada. A prova aí está. Você nos compare, e diga.

Ratos? Sim, é próprio do lugar. Baratas, nem me fale. Passamos 21 anos lutando contra bichos pequenos, mas era combate leal, em igualdade de condições. Eles moravam no porão; nós, na parte de cima. A luta nunca se decidiu, e a casa nos dava chances idênticas. Era seu ingênuo divertimento.

Creio que fui feliz aqui. Trouxemos uma menina, que se levantava cedinho para ir ao colégio; ouço ainda o despertador, vozes matutinas, sinto o cheiro de café

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

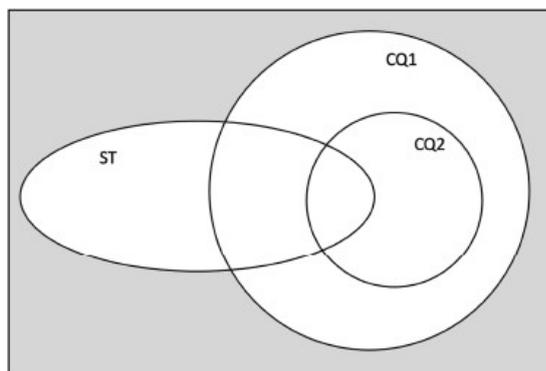
1.FCC - AP (SABESP)/SABESP/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2019

Uma pesquisa com todos os alunos de uma escola revelou que 165 alunos praticam esporte mas não se alimentam adequadamente, e que 107 alunos se alimentam adequadamente mas não praticam esporte. A pesquisa indicou que um total de 122 alunos não praticam esporte, e que um total de 203 alunos se alimentam adequadamente. O número de alunos dessa escola é

- (A) 383.
- (B) 368.
- (C) 597.
- (D) 507.
- (E) 456.

2.FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021

O departamento de recursos humanos de uma empresa lançou um programa de formação para os funcionários do setor de produção composto de três cursos: Controle de Qualidade 1 (CQ1), Controle de Qualidade 2 (CQ2) e Segurança do Trabalho (ST). O diagrama a seguir, em que o retângulo corresponde ao conjunto de todos os funcionários do setor de produção, é usado para representar o percentual de funcionários desse setor que já concluíram cada um dos cursos.



Os responsáveis pela execução do programa de formação identificaram que:

- 55% dos funcionários já concluíram o curso de Segurança do Trabalho;
- 65% dos funcionários já concluíram o curso de Controle de Qualidade 1;

- 30% dos funcionários já concluíram o curso de Controle de Qualidade 2;
- 10% dos funcionários já concluíram os três cursos;
- 10% dos funcionários ainda não concluíram qualquer um dos três cursos.

De acordo com esses dados, o percentual de funcionários que concluíram um único curso é

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%
- (E) 45%

3.FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO/2019

Um grupo é formado por 410 ciclistas. Desses ciclistas 260 praticam natação e 330 correm regularmente. Sabendo que 30 ciclistas não nadam e não correm regularmente, o número de ciclistas que praticam natação e correm regularmente é

- (A) 170.
- (B) 150.
- (C) 130.
- (D) 190.
- (E) 210.

4.FCC - ASS LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020

Para que um montante de laranjas possa ser dividido em 7 grupos, com um deles contendo $\frac{1}{2}$ do total de laranjas, outro contendo $\frac{1}{3}$ do total de laranjas e os 5 restantes contendo cada um deles a mesma quantidade de laranjas, é necessário, e suficiente, que o montante total de laranjas seja múltiplo de

- (A) 60
- (B) 30
- (C) 90
- (D) 24
- (E) 18

5.FCC - TILU (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Um número é dito palíndromo se é o mesmo quando lido da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda. Por exemplo, 5225 é um palíndromo de quatro algarismos. Considere X o maior palíndromo de quatro algarismos e Y o menor palíndromo de cinco algarismos.

A soma $X + Y$ é:

- (A) 20000
- (B) 20020
- (C) 20099
- (D) 20902
- (E) 20202

6.FCC - ARQT (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Na conta armada abaixo, X Y e Z são números distintos.

$$\begin{array}{r}
 X \ X \ X \\
 X \ X \ Y \ + \\
 \hline
 X \ Z \ Z \\
 \hline
 2 \ 0 \ 1 \ 9
 \end{array}$$

O valor da soma $X + Z$ é:

- (A) 17
- (B) 9
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 16

7.FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Todos os habitantes de um determinado município devem receber uma carta da prefeitura, entregue em mãos, mediante assinatura de um protocolo. Para realizar o trabalho de distribuição dessas cartas, a prefeitura contratou pessoas que serão remuneradas por número de entregas realizadas. Cada contratado recebeu um lote de 255 cartas a serem entregues. Sua remuneração se dará da seguinte maneira: para as primeiras 128 cartas, receberá um real por carta entregue; para as 64 seguintes, receberá 2 reais por carta entregue; para as 32 seguintes, 4 reais por carta, e assim por diante, dobrando-se a remuneração, por carta entregue, para o cumprimento de metade da parte da tarefa que acabou de realizar, de modo que pela entrega da última carta receberá 128 reais. O número mínimo de cartas que um contratado deve entregar para receber pelo menos 500 reais é

- (A) 225.
- (B) 213.
- (C) 247.
- (D) 239.
- (E) 231.

8.FCC - ACER (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Para completar seus ganhos mensais, um trabalhador vende bolo em pedaços, na porta de um prédio de escritórios, uma vez por semana. Para isso, ele prepara, em sua casa, cinco bolos de sabores variados, usando assadeiras retangulares iguais, de 40 cm por 24 cm, e cortando todos os bolos em pedaços quadrados iguais, com o maior lado possível, sem que haja qualquer desperdício. Supondo que ele consiga vender, no dia, toda quantidade de bolo produzida, e considerando-se que deseja arrecadar pelo menos R\$ 300,00 a cada dia, o trabalhador deve vender cada pedaço de bolo por, no mínimo,

- (A) um real.
- (B) dois reais.
- (C) três reais.
- (D) quatro reais.
- (E) cinco reais.

9.FCC - OET (DETRAN SP)/DETRAN SP/2019

Um pacote contém N balas. Sabe-se que $N \leq 29$ e que há 8 maneiras diferentes de dividir o número de balas do pacote em partes iguais, incluindo a divisão trivial em uma só parte contendo todas as N balas. Então, o resto da divisão de N por 5 é igual a

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 0.

10.FCC - TILU (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

João gasta 18 minutos de ônibus para ir de sua casa até o trabalho e 45 minutos se for a pé. Em um dia ensolarado, João desceu do ônibus faltando $\frac{3}{5}$ do caminho a ser percorrido e completou o percurso até o trabalho a pé. Supondo que as velocidades, tanto do ônibus quanto a de João, são constantes durante o trajeto, o tempo gasto por João para ir ao trabalho nesse dia foi de

- (A) 24 minutos.
- (B) 27 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 33 minutos.
- (E) 21 minutos.

11.FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Um reservatório de água tem $\frac{1}{5}$ de sua capacidade ocupada. Após a adição de 32.400 litros de água, o reservatório ficou com $\frac{7}{8}$ de sua capacidade ocupada. A capacidade, em litros, do reservatório é de

- (A) 37.000.
- (B) 48.000.
- (C) 25.920.
- (D) 40.500.
- (E) 23.350.

7: FCC - ASSGP (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Um Assistente de Gestão Pública entrou em contato com o suporte de informática afirmando que seu computador da linha PC não inicializava o Windows ao ser ligado. O técnico de suporte o orientou a reiniciar o computador por meio de Sistema Operacional contido em um pen drive. Para que isso fosse possível, solicitou ao Assistente para desligar o computador, plugar o pen drive na entrada USB e ligar o computador novamente. Para entrar no Setup, onde poderá mudar a ordem de inicialização do computador, o Assistente sabe que, na maioria dos computadores da linha PC, terá que pressionar a tecla

- (A) F11.
- (B) Ins ou Insert.
- (C) Del ou Delete.
- (D) Tab.
- (E) Ctrl + Enter.

8: FCC - TGP (SPPREV)/SPPREV/2019

No Windows 10, em português, para acessar a janela onde será possível mapear uma unidade de rede, para acessá-la posteriormente por meio do Explorador de Arquivos, deve-se pressionar a tecla de logo do Windows + E e selecionar

- (A) Rede e Internet > Localizar unidades de rede.
- (B) Rede > Central de rede e compartilhamento > Mapear unidades de rede.
- (C) Este computador > Mapear unidade de rede, na guia Computador.
- (D) Rede e Internet > Mapear unidade de rede, na guia Exibir.
- (E) Este computador > Propriedades > Configurar unidade de rede.

9: FCC - ANA PREV (RP PREV)/RIO PRETO PREV/ASSISTENTE SOCIAL/2019

Em um computador com o sistema operacional Windows 10, em português, para alternar entre janelas que estão abertas na memória e para fechar a janela ativa utilizam-se, respectivamente, as combinações de teclas

- (A) [Alt][F4] e [Ctrl][Alt][Del]
- (B) [Ctrl][F1] e [Ctrl][F4]
- (C) [Alt][tab] e [Alt][F4]
- (D) [Shift][tab] e [Shift][F4]
- (E) [Ctrl][tab] e [Ctrl][F12]

10: FCC - TJ (TJ MA)/TJ MA/TÉCNICO EM INFORMÁTICA/HARDWARE/2019

À procura de um malware no computador com o Windows 10, em português, um Técnico entrou no Explorador de arquivos e, para exibir os arquivos ocultos, clicou em:

- (A) Exibir > Itens ocultos.
- (B) Arquivo > Opções de pasta > Mostrar itens ocultos.
- (C) Exibir > Arquivos e Pastas > Itens Ocultos.
- (D) Ferramentas > Opções de Pasta > Mostrar itens ocultos.
- (E) Arquivo > Opções > Arquivos e pastas > Itens Ocultos.

11: FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Um assistente pretende localizar uma imagem específica para acrescentá-la em um relatório, em um computador com o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa. Porém, a imagem se encontra em uma pasta juntamente com muitas outras, e o seu nome possui apenas letras e números, dificultando a sua localização. Uma maneira de localizar com mais facilidade essa imagem é configurar e utilizar um recurso do Explorador de Arquivos, que se chama

- (A) Detalhes.
- (B) Ícones Grandes.
- (C) Painel de Detalhes.
- (D) Painel de Visualização.
- (E) Visualizador de Arquivos.

12: FCC - AG FISC (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Um usuário, ao ligar o computador com o Windows 10, em português, faz rotineiramente login no sistema, por meio do seu usuário e senha, para seu perfil de usuário ser carregado no computador. Toda vez que se ausenta do computador, por questões de segurança, bloqueia sua área de trabalho e, quando retorna, digita a senha para desbloqueá-la. A tela que possui opções para bloquear a área de trabalho, trocar o usuário do computador, alterar senha, entre outras, pode ser acessada

- (A) clicando-se no botão Iniciar e na opção Gerenciar Usuários.
- (B) pressionando-se simultaneamente a tecla com o símbolo do Windows e a letra R.
- (C) clicando-se no botão Iniciar e na opção Painel de Controle e, em seguida, na opção Gerenciador de Tarefas.
- (D) pressionando-se CTRL + Alt + Delete ou Ctrl + Alt + Del.
- (E) clicando-se no botão Iniciar e na opção Permissões.

13: FCC - ESC (BANRISUL)/BANRISUL/2019

No Linux e no prompt de comandos do Windows, para mostrar a lista de arquivos e diretórios presentes na unidade de armazenamento atual, por exemplo, um pen drive, utilizam-se, respectivamente, os comandos

- (A) ls e dir.
- (B) list e mkdir.
- (C) cat e rmdir.
- (D) ps e dir.
- (E) ls e files.

14: FCC - ANA ADM (SANASA)/SANASA/CONTABILIDADE/2019

Um Analista de TI deseja:

- I. Mostrar arquivos que estão na pasta em que o usuário está naquele momento, com informações detalhadas dos arquivos.
- II. Mostrar a pasta atual que o usuário está no momento, para auxiliar quando for salvar ou criar arquivos.
- III. Mostrar o conteúdo do arquivo.

No Linux, para executar as ações I, II e III devem ser usados, correta e respectivamente, os comandos

- (A) rm mv cd
- (B) ls -l pwd cat
- (C) cp cal cd
- (D) cat -s cd -l cal
- (E) ls rm -s pwd

15: FCC - PROC (SANASA)/SANASA/JURÍDICO/2019

Um Procurador solicitou ajuda ao suporte técnico para resolver um problema de conexão com a Internet em um computador que usa o sistema operacional Linux. O atendente do suporte solicitou a ele para informar o endereço IP do computador na rede.

Para obter este endereço, em linha de comando, ele utilizou a instrução

- (A) getip -a
- (B) ifconfig
- (C) ipaddress
- (D) netsh -a
- (E) ipconfig

16: FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/INFORMÁTICA/2021

O Microsoft Word, em português, possui um recurso que permite a geração automática de sumário no início do documento após o documento ser escrito. O sumário pode ser gerado na posição em que se localiza o cursor, acionando-se opção Sumário que se encontra no menu Referências. Para que o sumário seja corretamente gerado, todos os títulos do documento devem ter sido

- (A) formatados como itens de lista numerada ou marcadores.
- (B) incluídos na tabela de hierarquia criada por meio da opção Inserir > Estrutura.
- (C) colocados entre colchetes na forma [Título 1], [Título 2], [Título 3] etc.
- (D) associados ao sumário por meio da opção Inserir > Nível de Título.
- (E) marcados (ou formatados) com estilos Título 1, Título 2, Título 3 etc.

17: FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/INFORMÁTICA/2021

Um técnico criou um documento no Microsoft Word, em português, com 100 páginas e numerou as páginas no seu rodapé, somente a partir da página 3, de forma que tal numeração se refletisse automaticamente no sumário. Ao realizar este trabalho, o técnico

- (A) posicionou o cursor no rodapé da página 3 e inseriu a numeração de página, já que tal numeração se aplica por padrão apenas da página atual em diante.
- (B) acionou as opções Layout > Configurar Página e na guia Configurações de Página marcou a opção Numerar Página e definiu o intervalo de páginas onde a numeração deverá ser inserida.
- (C) colocou o número de página manualmente no rodapé de todas as páginas a partir da página 3.
- (D) dividiu o documento em duas seções, uma com as páginas 1 e 2 e outra a partir da página 3, aplicando a numeração de páginas apenas na segunda seção, sem vincular à seção anterior.
- (E) quebrou página no final da página 2, inseriu rodapé somente a partir da página 3 e inseriu o número de página estático no rodapé.

liar ocorrida há tanto tempo. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância e, em recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese em repercussão geral que o direito ao esquecimento

(A) foi contemplado expressamente pelo texto da Constituição Federal, de modo que deve ser compreendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação em meios de comunicação social de fatos e dados, ainda que verídicos e lícitamente obtidos, para fins de proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(B) é incompatível com a Constituição Federal, de modo que a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, não pode ser obstada e tampouco tem a aptidão de gerar responsabilidade civil, por não constituírem excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão ou de informação, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade de personalidade em geral.

(C) é incompatível com a Constituição Federal, se entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, mas eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(D) foi contemplado implicitamente pelo texto da Constituição Federal, de modo que deve ser compreendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação em meios de comunicação social de fatos e dados, ainda que verídicos e lícitamente obtidos, para fins de proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

(E) é compatível com o texto da Constituição Federal, e pode, diante da análise caso a caso, implicar no poder de obstar a divulgação de fatos ou dados, ainda que verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social, sem prejuízo de eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral.

6.(FCC - DP AM/DPE AM/2021)

Juliana publicou em sua rede social relatos e fotos da rotina de exercícios físicos e regime que a fizeram perder 26 quilos. A rede social era aberta ao público e Juliana reunia mais de 100 mil seguidores. Contudo, Juliana foi

surpreendida ao verificar que sua imagem estava sendo veiculada em publicidades por uma empresa que vendia remédios de emagrecimento. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a

(A) publicação não autorizada de imagem com fins comerciais e econômicos, por si só, não gera direito a indenização, que depende da comprovação de prejuízo e da violação de outros direitos da personalidade.

(B) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais depende da comprovação do uso ofensivo da imagem.

(C) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais independe da prova de prejuízo.

(D) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos ou comerciais, independentemente da prova de prejuízo, aplica-se somente em caso de vítima criança ou adolescente.

(E) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos depende não somente da comprovação de prejuízo, como também do lucro auferido pela empresa pelo uso da imagem.

7.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

Com base no disposto no ordenamento jurídico a respeito das pessoas jurídicas de direito privado, considere as assertivas abaixo:

I.A existência legal e a personalidade da pessoa jurídica se iniciam com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

II.O registro do ato constitutivo deverá, dentre outros elementos, indicar a forma da administração e quem a representa, judicial ou extrajudicialmente.

III.A falta de menção no registro, se o ato constitutivo é ou não reformável, não constitui vício ou irregularidade, tampouco inviabiliza o funcionamento da pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) I e III.

8.(FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021)

De acordo com o Código Civil, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

(A) inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, independentemente, em qualquer caso, de prévia autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(C) inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(D) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), independentemente, em qualquer caso, de prévia autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(E) publicação, no Diário Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo para o seu funcionamento, nos casos em que uma coisa ou outra seja necessária.

9.(FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

Considere as assertivas abaixo com relação às fundações, formas de sua constituição, extinção e as atribuições conferidas ao Ministério Público:

I.A fundação adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto.

II.Nas situações estabelecidas em lei para criação de uma fundação, há previsão legal de que o Ministério Público poderá redigir o estatuto, em certos casos.

III.O Ministério Público, nas hipóteses especificadas em lei, detém atribuição exclusiva para requerer a extinção de fundação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) III.

(E)II.

10.(FCC - JE TJGO/TJ GO/2021)

O juiz poderá desconsiderar a personalidade de pessoa jurídica de fins econômicos, a requerimento da parte ou do Ministério Público,

(A) se ocorrer a transferência, entre os sócios e a sociedade, de ativos ou de passivos, sem efetivas contraprestações, salvo se de valor proporcionalmente insignificante.

(B) se houver grupo econômico e uma das sociedades que o integra deixar de cumprir obrigação pecuniária.

(C) quando houver expansão ou alteração da finalidade original da atividade específica da pessoa jurídica.

(D) somente quando se verificar a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores ou para a prática de atos ilícitos.

(E) se, cobrada judicialmente, os bens da pessoa jurídica não forem suficientes para o pagamento do credor.

11.(FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

O Código Civil de 2002, com as alterações realizadas pela Lei de Liberdade Econômica (Lei no 13.874/2019), prevê expressamente que a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada pelo juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo,

(A) diante da confusão patrimonial, caracterizada, dentre outras formas, pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, inexistindo previsão para a desconsideração de ofício.

(B) ou mesmo de ofício, diante de confusão patrimonial, caracterizada, dentre outras formas, pela transferência de ativos ou de passivos de qualquer valor, sem efetivas contraprestações.

(C) ou mesmo de ofício, diante de desvio de finalidade, caracterizado, dentre outras formas, pela alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

(D) diante de desvio de finalidade, caracterizado, dentre outras formas, pela alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, inexistindo previsão para a desconsideração de ofício.

(E) para que os efeitos de todas as obrigações sejam estendidos aos bens particulares de quaisquer sócios da pessoa jurídica, mesmo daqueles que não tenham sido beneficiados pelo abuso, inexistindo previsão para a desconsideração de ofício.

12.(FCC - DP SC/DPE SC/2021)

O Código Civil de 1916 teve sua vigência por mais de oito décadas e sofria críticas em razão de seu anacronismo, sobretudo em suas últimas décadas de vigência, além de um evidente descompasso com os preceitos constitucionais insculpidos na Constituição de 1988. A proposta do Código Civil de 2002 foi de superar um modelo extremamente individualista e patrimonialista. Mesmo com base em uma principiologia e valores diversos daqueles que determinaram a codificação revogada, ainda remanescem espaços para críticas na legislação em vigor. No que diz respeito ao direito civil,

(A) a lei, a doutrina e a jurisprudência apontam que o direito civil não deve se preocupar com a tutela de direitos dos animais, uma vez que não há qualquer confluência do direito privado para tal objeto, que deve ser tratado exclusivamente no âmbito do direito ambiental.

3. FCC - DP GO/DPE GO/2021

O princípio da individualização da pena

(A) fundamentou o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça que vedou a regressão de regime de cumprimento de pena por salto.

(B) garante legitimidade ao exame criminológico diante de sua capacidade de previsão de comportamento criminoso futuro e com isso impedir o funcionamento indevido do sistema progressivo.

(C) é incompatível com um sistema progressivo de cumprimento de pena, já que os benefícios prisionais devem ser concedidos objetivamente para garantia do indivíduo em face do Estado.

(D) permite, por meio do exercício de direitos subjetivos na execução penal, que duas pessoas iniciem no mesmo dia uma pena idêntica, mas uma tenha a pena extinta antes do outro.

(E) confere um caráter misto ao direito de execução penal, composto por normas penitenciárias e administrativas, como as que regulam o agravo em execução.

4. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação

(A) não poderá ser instaurado sem a queixa.

(B) depende da iniciativa do Ministério Público.

(C) não poderá ser ela ser iniciado.

(D) exige a manifestação prévia do Ministério Público.

(E) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.

5. FCC - Cons Tec (CM Fortal)/CM Fortaleza/Jurídico/2019

Acerca do inquérito policial é **correto** afirmar:

(A) Nos caso de apuração de delito de furto qualificado, deverá se encerrar no prazo de 10 (dez) dias se o indiciado estiver preso.

(B) Em caso de ausência de indícios de autoria, poderá ser arquivado pelo Delegado de Polícia ou pelo Promotor de Justiça responsável pela investigação.

(C) Nos crimes de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

(D) É regido pelos princípios da oralidade, publicidade e ampla defesa.

(E) É indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação da vítima do delito.

6. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Considere abaixo as causas que impedem o acordo de não persecução penal:

I. Se for cabível a suspensão condicional da pena, nos termos da lei.

II. Se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.

III. Ter sido o agente beneficiado nos 2 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

IV. Crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e IV.

(B) I, II e III.

(C) I, III e IV.

(D) II e IV.

(E) II e III.

7. FCC - PJ (MPE MT)/MPE MT/2019

Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo APENAS

(A) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.

(B) o cônjuge, ascendente ou descendente.

(C) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

(D) os sucessores ou curador.

(E) os sucessores ou tutor.

8. FCC - DP GO/DPE GO/2021

A sentença absolutória no juízo criminal impede o ajuizamento da ação civil para a reparação do dano quando o fundamento da absolvição consistir em

(A) não haver prova da existência do fato.

(B) que o fato imputado não constitui crime.

(C) estar provado que o réu não concorreu para a infração penal.

(D) não existir prova suficiente para a condenação.

(E) ocorrência de erro de proibição.

9. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Sobre as disposições legais referentes à competência no Processo Penal,

- (A) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (B) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, será do lugar onde se iniciou a execução do delito.
- (C) será determinada, em regra, pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o primeiro ato de execução.
- (D) no caso em que houver conexão e continência e as jurisdições forem de mesma categoria, firmar-se-á primeiro pela prevenção.
- (E) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, será do território mais populoso ou que apresente o maior número de Fóruns criminais.

10. FCC - JE TJGO/TJ GO/2021

No tocante à competência no processo penal, o Código de Processo Penal estabelece:

- (A) Nos casos de exclusiva ação de iniciativa privada, o querelante poderá preferir o foro de seu domicílio ou residência, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (B) Em caso de estelionato praticado mediante depósito, a competência será definida pelo local de domicílio da vítima e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- (C) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- (D) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- (E) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições de mesma categoria, preponderará sempre a competência por prevenção.

11. FCC - DP RR/DPE RR/2021

A competência no Processo Penal será definida pela conexão objetiva ou teleológica

- (A) se, no mesmo caso, duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- (B) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (C) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
- (D) quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração penal.
- (E) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.

12. FCC - AJ (TJ MA)/TJ MA/Direito/2019

Sobre a competência no processo penal é **correto** afirmar:

- (A) Será determinada, de regra, pelo domicílio ou residência do réu.
- (B) É vedado ao Tribunal do Júri o julgamento de crimes patrimoniais.
- (C) Será determinada pela conexão quando a prova de uma infração influir na prova de outra.
- (D) No concurso entre a jurisdição comum e a militar, prevalece a última para o processamento conjunto e unitário.
- (E) É determinada pela continência quando houver mais de um juiz igualmente competente para o caso.

13. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

A sentença penal condenatória decretou o perdimento das obras de arte, de relevante valor artístico, adquiridas pelo condenado com os proventos do crime e que foram apreendidas no curso da ação penal. Nos termos do Código de Processo Penal, as obras de arte poderão ser destinadas

- (A) ao fundo de reparação dos interesses difusos e coletivos.
- (B) às instituições culturais privadas.
- (C) às repartições públicas interessadas.
- (D) aos órgãos de segurança pública.
- (E) a museus públicos.

(D) a competência em razão da matéria constitui pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e sua não observância acarreta sua extinção sem resolução do mérito.

(E) a competência em razão da matéria constitui pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e sua não observância acarreta sua extinção com resolução do mérito.

5. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.

II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.

IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

6. (CC - DP RR/DPE RR/2021)

O Código de Processo Civil prevê atuação da Defensoria Pública sob a forma de curadoria especial em favor de:

I. Réu revel, citado pessoalmente.

II. Réu revel, citado por hora certa, enquanto não for constituído advogado/a.

III. Réu citado por edital, ainda que tenha constituído advogado/a.

IV. Pessoa incapaz que, embora tenha representante legal, apresente colidência de interesses com este.

V. Réu revel, em cumprimento de pena privativa de liberdade, se não constituir advogado/a.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.

7. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

Nivaldo ajuizou uma ação pauliana com a finalidade de anular uma venda fraudulenta feita por um devedor insolvente. Na petição inicial, o autor indicou como réus o vendedor (seu devedor, em estado de insolvência) e o comprador. Verifica-se, assim, um litisconsórcio inicial passivo

- (A) simples e facultativo.
- (B) unitário e facultativo.
- (C) simples e necessário.
- (D) unitário e necessário.
- (E) alternativo.

8. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica:

(A) O requerimento pode ser formulado na petição inicial ou na forma de incidente.

(B) Se tratando de incidente, será instaurado pelo juiz, de ofício, ou se houver pedido do credor.

(C) O Ministério Público atuará no incidente na condição de fiscal da ordem jurídica, seja qual for a natureza do processo principal.

(D) O incidente somente é admitido no cumprimento da sentença e na execução fundada em título extrajudicial.

(E) Instaurado o incidente, será dispensada a citação do sócio ou da pessoa jurídica.

9. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

I. O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo ele parte ou não no processo.

II. O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.

III. O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) III.

10. (FCC - DP AM/DPE AM/2021)

A respeito da atuação institucional da Defensoria Pública no âmbito do direito processual civil, considere as assertivas abaixo.

I. A atuação da Defensoria Pública pode se dar em posições processuais dinâmicas, que se distinguem e apresentam peculiaridades, como nas situações de atuação como representante de uma parte, como legitimada extraordinária, como *amicus curiae* e como *custos vulnerabilis*.

II. O deferimento do pedido de habilitação da Defensoria Pública como *amicus curiae* é irrecurável, mas a decisão de indeferimento da atuação como *custos vulnerabilis* em processo civil que tenha interesse institucional é passível de recurso.

III. A intervenção tanto na condição de *amicus curiae*, como *custos vulnerabilis*, dará à Defensoria Pública os mesmos poderes processuais, que permitem que a Instituição possa produzir provas, requerer medidas processuais e recorrer das decisões tomadas no processo em que se deu a intervenção.

IV. A atuação da Defensoria Pública como representante da parte e como curadora especial deve se pautar primordialmente pelos interesses institucionais na causa e pela formação de precedentes com impacto coletivo.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

11. (FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021)

De acordo com o Código de Processo Civil, tramitam necessariamente em segredo de justiça os processos que versem sobre

- (A) divórcio, inventário e danos morais.
- (B) alimentos, filiação e união estável.
- (C) casamento, divórcio e danos morais.
- (D) execução, alimentos e guarda de crianças.
- (E) interdição, emancipação e arbitragem, independentemente de comprovação de acordo de confidencialidade.

12. (FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022)

No tocante aos prazos para a prática de atos processuais, estabelecidos pelo CPC:

- (A) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- (B) O cômputo em dias úteis se aplica aos prazos convencionados em acordo ou transação firmado entre as partes processuais.

(C) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão os dias de forma contínua.

(D) Na contagem do prazo computar-se-á o dia do começo, se for dia útil.

(E) Será aplicado o cômputo de dias contínuos se não houver feriado.

13. (FCC - JE TJMS/TJ MS/2020)

Alberto Roberto tornou-se réu em uma ação de cobrança de nota promissória. Ficou sabendo por um escrevente do Cartório, procurou um advogado e, antes mesmo de ser citado, contestou o feito. Essa contestação

(A) será tida por intempestiva, pois o que define a tempestividade é o início da contagem do prazo, ainda não iniciado.

(B) será considerada tempestiva, sem necessidade de reiteração do ato após a citação de Alberto Roberto.

(C) será considerada um ato praticado condicionalmente, pois dependerá de ratificação por Alberto Roberto, necessariamente dentro do prazo legal de oferecimento da defesa.

(D) é intempestiva, porque praticado o ato fora do prazo, o que se dá tanto antes quanto depois de finalizada sua contagem; no entanto, se o autor concordar, será a contestação tida por tempestiva, caracterizando a anuência um negócio jurídico-processual.

(E) será tida por inexistente, devendo ser praticado o ato novamente no prazo legal da contestação

14. (FCC - DP PB/DPE PB/2022)

De acordo com as regras em vigor no Código de Processo Civil, a citação

(A) válida, mesmo que determinada por juízo incompetente, tem o efeito de interromper o prazo prescricional, retroagindo os seus efeitos à data da propositura da ação.

(B) não tem um prazo legal determinado para a sua realização, mas deve ser efetivada com brevidade, em cumprimento ao princípio constitucional da duração razoável do processo.

(C) de pessoa jurídica por correio será válida mediante a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

que faz jus o filho biológico. Esse é o sentido e alcance que se deve dar ao art. 7o , XVIII, da Constituição, à luz dos compromissos de valores e de princípios assumidos pela sociedade brasileira ao adotar a Constituição de 1988. É, ainda, o entendimento que assegura a integridade do Direito. Mesmo que o STF tenha se manifestado em sentido di verso, no passado, e mesmo que não tenha havido alteração do texto do art. 7o , XVIII, o significado que lhe é atribuído se alterou. [...]

Refere-se o Ministro, no caso, ao fenômeno da

(A) interpretação conforme à Constituição, por meio da qual a norma constitucional, originária ou resultante de emenda, se adequa aos princípios por ela adotados, pela via da interpretação judicial, que, no caso, resultou na ampliação do alcance da norma referente à licença gestante, para abranger a licença adotante.

(B) mutação constitucional, pela via da interpretação judicial, que, no caso em tela, resultou no reconhecimento de que os prazos da licença adotante, não referida expressamente pela Constituição, não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, assegurada pela Constituição com a duração de cento e vinte dias.

(C) mutação inconstitucional, ocasionada pela mudança da realidade social e consequente nova percepção do Direito, produzindo uma alteração informal no texto constitucional, que, no caso em tela, consistiu no reconhecimento de direito à licença adotante, não previsto expressamente no texto constitucional.

(D) modificação formal da Constituição, por meio da ampliação de seu rol de direitos fundamentais, de modo a contemplar direitos e garantias que, embora não previstos expressamente no texto da Constituição, decorrem do regime e dos princípios por ela adotados, a exemplo da licença adotante, de que cuida o caso em tela.

(E) declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, a qual se opera nas situações em que se restringe ou amplia o alcance da norma constitucional, sem que seu texto sofra alteração, como no caso do dispositivo que assegura a licença gestante, por período de cento e vinte dias, ao qual se equiparou o da licença adotante.

7. (FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

(D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

8. (FCC - DP BA/DPE BA/2021)

O princípio do não retrocesso social se identifica com a ideia de

(A) inconstitucionalidade formal de medidas provisórias que visem à redução de direitos sociais.

(B) redução do Estado Capitalista e crescimento do Estado Social.

(C) concretização da dimensão positiva aos direitos sociais.

(D) um direito constitucional de resistência.

(E) uma desarrazoabilidade legislativa em seu sentido formal.

9. (FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021)

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

(A) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.

(B) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(C) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.

(D) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.

(E) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

10. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

Servidor público efetivo, ocupante de cargo de professor de ensino fundamental na rede pública municipal, é aprovado em concurso para exercer cargo de professor em escola técnica mantida por autarquia do mesmo Município, e passa a exercer ambos, diante da compatibilidade de horários. Quando da realização do primeiro pa-

gamento pela autarquia, parte da remuneração é retida, sob o argumento de que o somatório das remunerações é superior ao teto remuneratório municipal, correspondente ao subsídio do Prefeito, ainda que, isoladamente consideradas, ambas sejam inferiores ao teto.

Diante da retenção de parte de seu pagamento, o servidor busca orientação em associação de servidores e empregados públicos municipais, constituída e em funcionamento há mais de década, a qual, embora o servidor em questão não seja seu associado, impetra mandado de segurança coletivo, em seu favor, com vistas à percepção na integralidade das remunerações de ambos os cargos. Nesse caso, em tese e independentemente da procedência da pretensão, consideradas a disciplina constitucional da matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

(A) não tem cabimento a impetração de mandado de segurança, seja coletivo pela associação, ou individual pelo servidor, o qual deverá recorrer às vias ordinárias para o fim pretendido.

(B) não tem cabimento a impetração de mandado de segurança, seja coletivo pela associação, ou individual pelo servidor, o qual dispõe de reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para o fim pretendido.

(C) está a associação legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de direito de membro da categoria que representa, desde que mediante autorização prévia deste, o que não obsta o ajuizamento de mandado de segurança individual pelo servidor.

(D) está a associação legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de direito de membro da categoria que representa, independentemente de autorização prévia deste, o que não obsta o ajuizamento de mandado de segurança individual pelo servidor.

(E) não cabe à associação impetrar mandado de segurança coletivo, dispondo, contudo, o servidor do mandado de segurança individual para proteção de direito líquido e certo de sua titularidade.

11. (FCC - ARE IV (SEF SC)/SEF SC/2021)

Considere:

I. Pessoa jurídica que exerce atividades empresariais em determinado Estado pretende obter acesso às informações referentes ao pagamento de tributos constantes, a seu respeito, de sistema informatizado de apoio à arrecadação dos órgãos da Administração fazendária estadual.

II. Servidor público citado em representação promovida por cidadão, perante o Tribunal de Contas de determinado Estado, para apuração de irregularidades na execução de contrato celebrado por órgão no qual exerce função de confiança, pretende obter vista dos autos da representação mencionada.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência correlata do Supremo Tribunal Federal, acaso não obtenham administrativamente os resultados pretendidos, os interessados estarão legitimados para o ajuizamento de

(A) ação popular, isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I, e habeas data, na situação II.

(B) mandado de segurança, na situação I, e habeas data, gratuitamente, na situação II.

(C) habeas data, gratuitamente, em ambas as situações.

(D) habeas data, gratuitamente, na situação I, e mandado de segurança, na situação II.

(E) mandado de segurança, em ambas as situações, estando isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé, na situação I.

12. (FCC - DP SC/DPE SC/2021)

Acerca da ação popular:

(A) Surgiu com previsão ampla acerca da proteção da moralidade administrativa.

(B) Abrange, dentre seus possíveis objetos, a defesa do patrimônio público.

(C) A tutela ao meio ambiente surgiu, inicialmente, na Constituição de 1937.

(D) A proteção ao patrimônio histórico e cultural aparece, pela primeira vez, na Constituição de 1988.

(E) Foi inicialmente regulada na vigência da Constituição de 1934.

13. (FCC - DP AM/DPE AM/2021)

Dentre os direitos do trabalhador, cujo texto constitucional vigente admite disposição diversa por meio de acordo ou convenção coletiva, estão

(A) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais e o recolhimento de fundo de garantia por tempo de serviço.

(B) a irredutibilidade do salário e a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

(C) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

(D) o gozo de férias anuais remuneradas com um terço a mais do que o salário normal e o décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

(E) o adicional de insalubridade, periculosidade e tempo de serviço, e o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

12. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

Acerca do regime jurídico dos órgãos públicos,

(A) a deliberação de um órgão público de composição colegiada é classificada pela doutrina administrativista como um ato administrativo simples.

(B) a criação de novos órgãos públicos somente se pode dar por lei ordinária, excluída a possibilidade de uso de medidas provisórias ou de leis delegadas para tanto.

(C) embora não possuam personalidade jurídica, os órgãos públicos possuem personalidade política, visto que lhes incumbe manifestar a vontade estatal.

(D) embora somente possam ser criados por lei, os órgãos públicos podem ser extintos por decreto, desde que todos os seus cargos estejam em situação de vacância.

(E) a delegação de competências somente se pode dar entre órgãos pertencentes à mesma linha hierárquica.

13. (FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021)

Sobre desconcentração e descentralização administrativa, considere:

I. São conceitos distintos, embora possuam um ponto comum, qual seja, ambas pressupõem pessoas jurídicas diversas: uma que originariamente tem a titulação sobre certa atividade e outra à qual foi atribuído o desempenho da atividade.

II. A distribuição interna de competências decisórias, agrupadas em órgãos públicos, denomina-se desconcentração.

III. A descentralização pressupõe, dentre outros requisitos, o reconhecimento de personalidade jurídica ao ente descentralizado.

IV. Os entes descentralizados não estão sujeitos a controle ou tutela, vez que possuem independência e autonomia em sua atuação.

Está correto o que consta APENAS de

(A) I e IV.

(B) I e III.

(C) I, II e III.

(D) II e III.

(E) II e IV.

14. (FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021)

A Lei federal no 13.848/2019 trouxe novas regras sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras federais. Dentre as inovações relativas ao seu regime jurídico, a lei prevê a

(A) possibilidade de prover diretamente seus cargos, por ato do diretor-presidente.

(B) ausência de regime de tutela em relação à Administração direta federal.

(C) inclusão do Banco Central dentre as agências reguladoras federais.

(D) destituição do dirigente da agência reguladora por deliberação do Senado Federal.

(A) submissão das agências ao controle externo da Controladoria-Geral da União.

15. (FCC - JE TJGO/TJ GO/2021)

No que se refere às disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista, segundo a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016,

(A) a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca.

(B) a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de autarquia, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

(C) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

(D) por explorar atividade econômica, a empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, desde que conversíveis em ações.

(E) o acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder, podendo a ação ser proposta pelos demais sócios, desde que autorizados pela assembleia geral de acionistas.

16. (FCC - PROC (PGE GO)/PGE GO/2021)

Considere as seguintes situações:

I. crime de feminicídio praticado por foragido do sistema prisional do Estado, dois meses após a fuga, ocorrida durante cumprimento de pena privativa de liberdade pela prática de crime de roubo;

II. morte de detento ocorrida em estabelecimento prisional do Estado, durante cumprimento de pena privativa de liberdade.

A teor da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, a responsabilidade civil objetiva do Estado, em tese, fica afastada

(A) na situação I, por ausência denexo causal entre o momento da fuga e a conduta praticada, e na situação II, se comprovada, pelo Poder Público, causa impeditiva de sua atuação protetiva do detento, por rompernexo de causalidade entre a omissão e o resultado danoso.

(B) na situação II, se comprovada, pelo Poder Público, causa impeditiva de sua atuação protetiva do detento, por ato imputável exclusivamente à vítima, restando, por outro lado, configurada na situação I, uma vez que se adota a teoria do risco integral, em relação ao dever de vigilância dos que se encontram sob a custódia do Estado no regime prisional.

(C) na situação I, por ausência denexo causal entre o momento da fuga e a conduta praticada, restando, por outro lado, configurada na situação II, uma vez que se adota a teoria do risco integral, em relação ao dever de proteção dos que se encontram sob a custódia do Estado no regime prisional, diante da garantia constitucional de sua integridade física e moral.

(D) na situação II, se comprovada, pelo Poder Público, causa impeditiva de sua atuação protetiva do detento, por rompernexo de causalidade entre a omissão e o resultado danoso, restando, por outro lado, configurada na situação I, uma vez que presente onexo de causalidade entre a omissão do dever de vigilância do Estado e a conduta criminosa praticada.

(E) nas situações I e II, por ausência denexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa, independentemente de comprovação, por parte do Estado, de causa impeditiva do seu dever de vigilância ou de proteção.

17. (FCC - TJ AUX (TJ SC)/TJ SC/2021)

Análise as seguintes situações:

I. Uma chuva torrencial provocou enchente em bairro da Cidade, e constatou-se que o sistema de drenagem pluvial não sofria manutenção há meses.

II. Um policial envolve-se em troca de tiros com assaltantes e acaba baleando um pedestre que passava próximo ao local.

Considerando as teorias vigentes sobre responsabilidade extracontratual do Estado e no entendimento dominante da doutrina e jurisprudência,

(A) em ambas as situações será aplicado o regime de responsabilidade objetiva, baseado na teoria do risco administrativo.

(B) na situação I, o ente estatal não será responsabilizado, pois se trata de situação de força maior, não imputável à atuação do Poder Público.

(C) em ambas as situações será aplicado o regime de responsabilidade subjetiva, desde que comprovada a culpa dos agentes públicos envolvidos nas atividades.

(D) na situação II, o ente estatal não será responsabilizado, pois onexo causal decorreu de comportamento de terceiro, no caso, o assaltante.

(E) na situação I, haverá responsabilidade estatal na modalidade subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, uma vez patenteado o mau funcionamento do serviço que deveria evitar ou minorar o evento danoso.

18. (FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021)

Suponha que em um contrato de concessão de uma linha metroferroviária, regido pela Lei no 8.987/1995, o Poder Concedente tenha se recusado a autorizar a aplicação de reajuste tarifário de acordo com o índice de correção anual previsto no contrato. Em face do descumprimento de obrigação contratualmente imposta ao Poder Concedente, a concessionária

(A) está autorizada a suspender a execução do contrato, após decorridos trinta dias da notificação do Poder Concedente.

(B) poderá suspender a execução do contrato, após decorridos noventa dias da não concessão do reajuste, desde que comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(C) poderá rescindir unilateralmente o contrato, arguindo a exceção do contrato não cumprido, mediante prévia notificação no prazo estabelecido contratualmente.

(D) não pode suspender a prestação dos serviços objeto da concessão, somente podendo rescindir o contrato mediante decisão judicial.

(E) embora não possa suspender a prestação do serviço aos usuários, pode escusar-se do cumprimento de outras obrigações contratuais, ficando afastada a aplicação de sanções.